

RE-EXISTÊNCIA DIGITAL: APROPRIAÇÕES E NEGOCIAÇÕES PARA UMA POSTURA DECOLONIAL NO JORNALISMO

DIGITAL RE-EXISTENCE: APPROPRIATIONS AND NEGOTIATIONS FOR A
DECOLONIAL POSTURE IN JOURNALISM

REEXISTENCIA DIGITAL: APROPIACIONES Y NEGOCIACIONES PARA UNA
POSTURA DECOLONIAL EN EL PERIODISMO

Luan Matheus dos Santos Santana

■ Jornalista, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCOM-UFC), mestre em comunicação social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFPI (PPGCOM - UFPI) e Especialista em Marketing e Mídias Digitais pela Faculdade Ademar Rosado (Pós FAR). É educador popular pela Plataforma Ocorre Diário e tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em comunicação digital e direitos humanos, pensamento decolonial, jornalismo on-line e dispositivos móveis, comunicação popular e comunitária.

■ *Journalista, doctorando en Comunicación en el Programa de Postgrado en Comunicación Social de la UFC (PPGCOM-UFC), Máster en Comunicación Social en el Programa de Postgrado en Comunicación Social de la UFPI (PPGCOM - UFPI) y Especialista en Marketing y Medios Digitales en la Faculdade Ademar Rosado (Pós FAR). Es educador popular de la Plataforma Ocorre Diário y tiene experiencia en el campo de la Comunicación, con énfasis en comunicación digital y derechos humanos, pensamiento decolonial, periodismo online y dispositivos móviles, comunicación popular y comunitaria.*

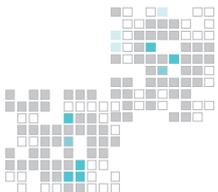
■ E-mail: luammatheus@gmail.com

Juliana Fernandes Teixeira

■ Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil) e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal), por meio do regime de co-tutela entre as duas instituições. Realizou entre 2016 e 2018 estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Piauí, onde, atualmente, é professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Também é professora colaboradora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

■ *Doctora en Comunicación y Cultura Contemporâneas por la Universidad Federal de Bahía (Salvador/Brasil) y en Ciencias de la Comunicación por la Universidad de Beira Interior (Covilhã/Portugal), a través del régimen de codirección entre las dos instituciones. Entre 2016 y 2018, realizó una pasantía posdoctoral en la Universidad Federal de Piauí, donde actualmente es profesora del Departamento de Comunicación Social y del Programa de Posgrado en Comunicación Social. También es profesora colaboradora vinculada al Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad Federal de Ceará.*

■ E-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com



RESUMO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado, defendida em maio de 2021, e tem por objetivo apresentar, a partir da experiência de cibermeios alternativos no Piauí (Brasil), a proposição inicial do conceito de “Re-existência Digital”, como uma dimensão teórico/prática dos estudos decoloniais para o campo da comunicação. Estamos aportados na transmetodologia, mesclando possibilidades analíticas de compreensão dos problemas com suas intersubjetividades e afetos e alinhando ainda aspectos da vida cotidiana e métodos analíticos sistematizados. Esse processo se deu a partir de uma perspectiva teórica de ruptura, tendo como referência o pensamento decolonial e as contribuições latino-americanas para o campo da comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: WEBJORNALISMO ALTERNATIVO. RE-EXISTÊNCIA DIGITAL. PENSAMENTO DECOLONIAL.

ABSTRACT

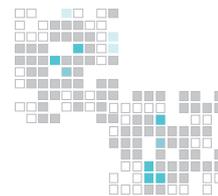
This article, derived from a master's thesis defended in May 2021, aims to introduce the concept of "Digital Re-existence" as a theoretical and practical dimension within decolonial studies in the field of communication. Drawing from the experiences of alternative cybermedia in Piauí, Brazil, the article explores transmethodological approaches that combine analytical methods with an understanding of intersubjectivities and emotions. By aligning everyday life aspects with systematic analytical methods, the study offers a fresh perspective based on decolonial thinking and Latin American contributions to communication studies.

KEY WORDS: ALTERNATIVE WEBJOURNALISM. DIGITAL RE-EXISTENCE. DECOLONIAL THINKING.

RESUMEN

Este artículo es un extracto de una tesis de maestría defendida en mayo de 2021, y tiene como objetivo presentar la propuesta inicial del concepto de "Reexistencia Digital" como una dimensión teórica y práctica de los estudios decoloniales en el campo de la comunicación, basándose en la experiencia de los cibermedios alternativos en Piauí, Brasil. Se emplea una perspectiva teórica de ruptura, sustentada en el pensamiento decolonial y las contribuciones latinoamericanas, y se utiliza la transmetodología para combinar diferentes posibilidades analíticas que permitan comprender los problemas junto con sus aspectos intersubjetivos y afectivos. Además, se establece una conexión entre la vida cotidiana y los métodos analíticos sistematizados.

PALABRAS CLAVE: PERIODISMO WEB ALTERNATIVO, REEXISTENCIA DIGITAL, PENSAMIENTO DECOLONIAL.



1. Introdução

Este artigo é um recorte propositivo de dissertação de mestrado defendida em maio de 2021 e cujo objetivo foi investigar o webjornalismo alternativo na cidade de Teresina/Piauí numa perspectiva decolonial. Aqui, os autores retomam a análise feita e aprofundam as discussões a fim de trabalhar a ideia de re-existência como uma categoria conceitual, que não se limita à noção de reação e confronto (geralmente associada ao conceito de resistência) e se localiza em um lugar, ao mesmo tempo, de resistência e de reconstrução, no sentido de gerar possibilidades de resgate das existências apagadas e invisibilizadas pelos processos de colonização (no passado) e colonialidade (no presente).

Para tanto, trouxemos essa discussão para o campo digital e contemporâneo, analisando iniciativas de comunicação digital em atividade no Piauí-BR. Dessa forma, categorizamos e identificamos elementos comuns capazes de 'sulear' nossa compreensão acerca desses espaços de re-existência na internet, compreendendo suas ações, possibilidades e limites. Nesse percurso foi possível chegar ao que estamos chamando aqui de *Re-existência Digital*.

Aqui, buscamos estudar cientificamente experiências jornalísticas em desenvolvimento no Piauí, de modo que sejam capazes de contribuir para a compreensão desses fenômenos sociais gerais e contemporâneos do jornalismo alternativo e dos estudos decoloniais aplicados à comunicação (como explicaremos mais adiante). Para tanto, fizemos um percurso teórico e prático, alinhando essas discussões a partir de uma perspectiva transmetodológica (MALDONADO, 2002), aportados nas experiências do Portal *O Corre Diário* (ocorrediarario.com) e do Portal *Fala Dirceu* (faladirceu.com).

Analisamos os conteúdos (BARDIN, 2017) desses portais, mas sem um aprisionamento técnico-operacional limitante, de um modo que

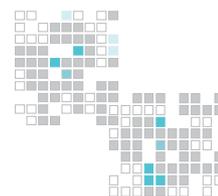
possibilitasse a compreensão dos contextos de estudos a partir da sensibilidade e dos afetos, onde o método se submete às necessidades, exigindo um conjunto de metodologias que permitam o mergulho na realidade a ser estudada (MALDONADO, 2002).

Nessa proposta, Maldonado (2002) acredita que é preciso confluir várias estruturas teóricas (*"disciplinas"*) para realizar abordagens consistentes. Assim, "a dimensão sensitiva e emotiva de nossos afazeres de pesquisa têm um papel crucial na construção dos objetos de conhecimento; sem paixão o pouco que aflora resulta enfadonho e repetitivo" (MALDONADO, 2002. p.8).

Essa é uma discussão, todavia, cujas bases foram invisibilizadas pelos processos políticos, econômicos e sociais fundantes da colonialidade e, por consequência, não foram escritas na literatura das teorias da comunicação e da informação. Este artigo, portanto, se configura também como um lugar de re-existência, na medida em que resgata epistemologias outras para analisar os processos sociais e comunicacionais da atualidade.

2. A atualidade dos estudos decoloniais e seu atravessamento com a comunicação

A chegada do navegador Cristóvão Colombo nas Bahamas, em 12 de outubro de 1492, marca o início de um processo histórico de escravização, opressão e dominação europeia sobre os povos originários de Abya Yala (como era chamada a América Latina antes da chegada dos europeus). Em 2022, o Brasil completou dois séculos de independência, desde que deixou de ser uma colônia portuguesa. Todavia, menos de 40 anos separam os dias atuais do último processo de independência de um país latinoamericano (São Cristóvão e Nevis) e, mesmo no século XXI, ainda há muitos países comandados por potências colonizadoras ao redor do mundo, a exemplo da Guiana Francesa (França), Ilhas Geórgia do Sul e



Sandwich do Sul (Reino Unido) e Ilhas Malvinas (Reino Unido) – para citar apenas as colônias da América do Sul.

Longe de ser uma discussão reservada ao passado, a colonização guarda marcas históricas, culturais e políticas que influenciam, nos dias de hoje, até mesmo os países já, há muito tempo, independentes. No caso brasileiro são dois séculos de “independência” e mais de três séculos de colonização. Sob o uso da força, os colonizadores impuseram aos povos originários de Abya Yala suas culturas, costumes, religião, modos de organização social e política.

Os povos originários (indígenas), vivendo a seu modo, não tinham as mesmas ferramentas e tecnologias que os colonizadores, não falavam a mesma língua e nem adoravam o mesmo Deus. Foram reduzidos à condição de aculturados e analfabetos, de onde o conhecimento não era importante e seus saberes dispensáveis. Assim, a população colonizada foi despojada de seu conhecimento intelectual e de seus meios de expressão externalizantes ou objetivantes (QUIJANO, 2000, p.378). O processo de colonização roubou a humanidade dos povos indígenas de Abya Yala, assim como fez com africanos escravizados trazidos para o Brasil e vendidos como animais.

São exemplos desse longo processo, que buscou apagar e silenciar as expressões dos povos originários, que Quijano (2005) chamou de colonialidade do poder. Mignolo (2017) nos lembra que a “colonialidade” é um conceito que foi introduzido por Aníbal Quijano no final dos anos 1980, portanto, um campo ainda muito recente dos estudos sociais. Para Quijano (2000), a colonialidade se configura como um dos elementos que constituem o padrão mundial de dominação capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racializada da população e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência

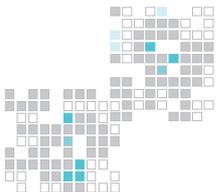
social cotidiana (QUIJANO, 2000, p.342).

Quijano (2000, p. 381), todavia, se preocupa em distinguir o colonialismo da colonialidade. Segundo ele, o primeiro é uma “estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é mantido por outra”. Já a colonialidade são as marcas desse processo que se perpetuam ao longo do tempo e que, na visão do sociólogo peruano, “tem se mostrado, nos últimos 500 anos, mais profunda e durável do que o Colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrado dentro dele e, além disso, sem ele não poderia ser imposta à intersubjetividade do mundo” (QUIJANO, 2000, p. 381).

Assim, superar as marcas da colonialidade, responsáveis pelos processos de subalternização dos corpos e pelas tentativas de universalização dos modos de vida, perpassa necessariamente por três categorias sob as quais os processos de opressão e subalternização se deram de modo mais agressivo e violento: raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2000).

A colonialidade, portanto, se expressa na atualidade a partir das relações de poder e opressão branca sobre o povo preto, nas condições de vidas precarizadas da maioria da população negra, no subemprego, no encarceramento em massa e no extermínio da juventude negra; na intolerância religiosa, nas práticas racistas, machistas e misóginas; se materializada na expansão do agronegócio sob as terras indígenas, no desmatamento desenfreado sob a amazônia e o cerrado, na negligência à vida das comunidades tradicionais e originárias.

No campo da comunicação, a colonialidade se materializa, dentre outros aspectos, pelas narrativas e discursos hegemônicos, que são sustentáculos desse sistema-mundo moderno/colonial. Massificam as narrativas que potencializam os sistemas de opressão e



subalternização, na mesma medida em que criam no imaginário social percepções acerca da realidade. A mídia hegemônica, dessa forma, ao se perpetuar como uma estrutura de poder majoritariamente branca, masculina e elitizada, reforça o imaginário colonial.

Esse cenário, entretanto, tem sofrido modificações profundas a partir da apropriação e uso da internet pelos grupos sociais racializados e subalternizados. Assim, os atravessamentos étnicos/raciais, de gênero e classe desses grupos possibilitam novos modos de fazer, sob perspectivas distintas do que hegemonicamente constituímos enquanto jornalismo. Uma narrativa plural que, ao contrário da colonialidade, não busca impor uma visão única de mundo, mas pelo contrário, busca se constituir como “uma opção que, além de se afirmar como tal, esclarece que todas as outras também são opções, e não simplesmente a verdade irrevogável da história que precisa ser imposta pela força” (MIGNOLO, 2017, p.13).

2.2 Re-existência digital: apropriação social da tecnologia por grupos sociais subalternizados

Antes de adentrar às discussões deste tópico, cabe aqui um reconhecimento: é público e notório que o uso e acesso da internet é extremamente desigual no Brasil e no mundo, como já evidenciamos em outras pesquisas. Portanto, esse é um fator que limita suas potencialidades, muito embora não as elimine por completo. É o que mostraremos mais adiante. Dito isso, neste tópico traremos um debate teórico acerca daquilo que estamos chamando aqui de *Re-existência Digital*, sobretudo a partir da articulação de dois outros conceitos: apropriação social da tecnologia e resistência.

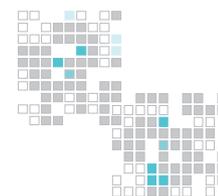
Dialogamos com Neuman (2008) acerca do conceito de “Apropriação Social”. Até chegar à compreensão desse conceito como uma

categoria, a autora faz um longa jornada desde a colonização até o surgimento das novas tecnologias. Neuman (2008) explica que a colonização (inicialmente) e o desenvolvimento industrial (posteriormente) deram conta de dividir o mundo entre aqueles que eram “desenvolvidos” e os que não eram, produzindo grupos sociais excluídos e subalternizados.

Segundo ela, foi diante dessa situação que as grandes populações excluídas passaram a desenvolver alguns mecanismos de defesa: ela destaca a resistência e a negociação. A “negociação”, nesse caso, acontece quando as populações consomem, circulam e comercializam práticas culturais ou estruturas organizacionais de outros grupos sociais, mas mantendo seu objetivo relacional, ou seja, fortalecendo o relacionamento entre eles.

Já a “resistência” é compreendida como uma conduta social frente à dominação. Ela é, portanto, uma característica do mundo da vida popular, que no pensamento latino-americano se fala em cultura de resistência (NEUMAN, 2008). Nessa perspectiva, recorrendo aos estudos de Alejandro Moreno sobre o povo Venezuelano, Neuman (2008) apresenta a ideia de uma rota de fuga, por onde foi possível que a resistência desses povos perdurasse por mais de 500 anos: a negociação.

É com foco nesses dois aspectos que a autora formula as ideias para uma categorização da “apropriação social” que, para ela, seria assumida como um processo por meio do qual grupos sociais posicionados à margem do sistema capitalista interagem com elementos culturais, econômicos, organizacionais e de consumo deste sistema, porém, empregando novos significados, usos e propósitos. Ao fazerem isso, esses grupos acabam criando uma espécie de filtro por meio dos quais é possível manter seu próprio horizonte de compreensão do mundo. Em um duplo movimento de resistência e negociação, esses grupos sociais resistem às mudanças ou



mudam para manter suas essências (NEUMAN, 2008, p.71).

Assim, no que diz respeito à Apropriação Social das tecnologias da comunicação, a autora reflete acerca dos impactos sociais positivos, todavia pondera a necessidade de refletir sobre os formatos, em geral, adaptados aos modelos internacionais para o “desenvolvimento”. Mas ela não tem dúvidas de que é preciso empoderar as comunidades populares. O empoderamento das comunidades implica que seja transferido para estas as informações e os recursos necessários para que a partir disso as próprias comunidades comecem a exercer o poder comunitário (NEUMAN, 2008, p.88).

No caso da comunicação digital, não bastaria apenas oferecer os suportes técnicos, mas seria necessário apropriar-se dele. Dialogando com Neuman (2008), acreditamos que esse empoderamento vindo por meio da Apropriação Social das tecnologias, mais que um exercício de poder comunitário, possibilita a construção de pequenas rupturas nos modos de fazer comunicação, agregando elementos que só a vivência em comunidade e coletividade podem proporcionar ao jornalismo e às práticas comunicacionais. Assim como possibilita o anunciar de outros mundos possíveis, onde a comunicação rompe com seu caráter instrumentalista e de mercado, assumindo um caráter emancipatório.

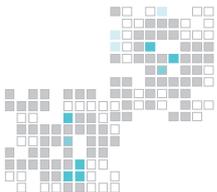
Essa é parte do processo de resistência. Para Pereira (2014), toda forma de resistência exige um deslocamento, um desvio, uma curvatura, uma dobra. Com isso, ele quer dizer que o ato de resistir não busca, necessariamente, um choque contra um poder (pode haver uma negociação). Nessa perspectiva, resistir significa dobrar-se, mas nem por isso se deixar subjugar totalmente. Resistir é deslocar-se. “Em contextos pós-coloniais, de sociedades que foram colonizadas, não apenas em territórios de ex-colônias, mas

também nos territórios das antigas metrópoles, resistir apresenta-se como descolonizar”. (PEREIRA, 2014, p.20).

Uma resistência que se dá nos marcos do sistema do mundo moderno-colonial, capitalista, que ao mesmo tempo em que se resiste, cria também possibilidades de outras existências, outros modos de vidas, outras sociabilidades (PEREIRA, 2014), portanto, de re-existência; de existir de novo. Se, como falamos anteriormente, grupos sociais racializados (no caso latinoamericano: indígenas e negros) tiveram suas culturas e memórias usurpadas e desagregadas pelos processos de colonização, suas existências (em parte) passaram a atender demandas outras, de outros modos de vida (europeus). Assim, a re-existência talvez seja a possibilidade de uma retomada, uma reparação e resgate das suas existências.

Para Walsh (2010, p.221), os pensamentos, práticas e experiências decoloniais do passado e do presente, têm procurado desafiar a matriz colonial de poder e dominação, existindo apesar dela. É essa existência que para Pereira (2014) possibilita uma resistência no interior do sistema-mundo moderno-colonial, portanto, uma re-existência. Por isso, a resistência não deve ser reduzida apenas a uma luta contra determinadas ideias ou imposições (SCOTT, 2004), na medida em que ela também está no interior dessas relações.

Para Porto-Gonçalves (2006), antes de mais nada é preciso compreender a re-existência como um lugar onde “não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.47). Nesse caso, re-existência é existir em um mundo com fortes marcas da colonialidade, criando formas de existências alternativas, que diariamente estão em luta por “uma determinada forma de existência, um determinado modo de



vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p.130).

Nos dias de hoje, pensar a apropriação social das tecnologias por grupos sociais subalternizados e oprimidos é pensar um processo capaz de realocar a posição desses sujeitos nas disputas de poder e re-existência. Cria-se, portanto, um espaço por onde suas existências possam ser vistas, celebradas e reafirmadas, que estamos propondo aqui chamar de espaço de *re-existência digital*.

Aparentemente simples, mas sutilmente complexo. Isso porque não se trata apenas de unir duas expressões (conceitos) para nominar um fenômeno em curso, trata-se sobretudo de compreender os elementos que os caracterizam a partir da união desses conceitos. E, a partir disso, compreender como esses espaços podem ir além de uma reação aos detentores do poder e se conformaram como espaços de construções de outras narrativas, histórias e memória coletiva.

2.3 Ocorre Diário e Fala Dirceu: uma re-existência em rede

O Ocorre Diário é um site em formato de portal de notícias e que também tem presença nas redes sociais digitais. Funciona de modo colaborativo e sem hierarquia funcional, agrega diversos ativistas sociais das mais diferentes causas. São, em essência, militantes sociais, comunicadores populares e jornalistas, que encontraram na comunicação e no jornalismo uma forma de insurgir contra ataques e violações aos direitos humanos sofridos nas periferias, produzindo conteúdo jornalístico, associado a estratégias de autodefesa e resistência.

O Fala Dirceu se define como um espaço para conversar, compartilhar e mostrar o bairro Dirceu, localizado na zona sudeste, periferia de Teresina. Busca, a partir da comunicação, falar sobre a periferia de uma outra forma, mostrando seus problemas, mas também suas

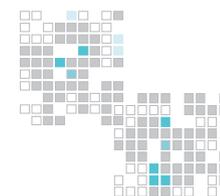
potencialidades, cultura, moradores, comércio etc. O Portal é formado por uma equipe de jovens, negros em sua maioria, que buscam divulgar ações do bairro Dirceu para o mundo através da internet e redes sociais.

Nossa análise foi feita durante os meses de Fevereiro e Março de 2020, portanto em contexto pré-pandemia, sendo possível analisar essas iniciativas em “condições normais” de funcionamento. Para obter pistas sobre a materialização da *Re-existência Digital* no contexto do jornalismo alternativo, traçamos um paralelo a partir dos principais marcadores de subalternização apresentados por Quijano (2000) - raça, gênero e trabalho - com os sujeitos envolvidos nos processos jornalísticos analisados, bem como os assuntos sobre os quais estavam falando e com quem dialogam para a construção dos textos jornalísticos. A seguir apresentamos os elementos sobre os quais discorreremos nossa análise.

a) Ocorre Diário

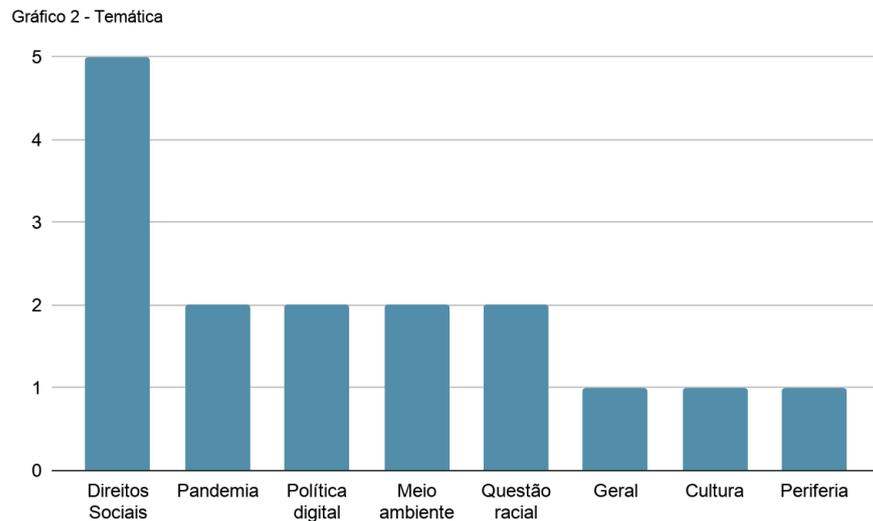
Durante o período analisado foram realizadas 25 publicações. No mês de fevereiro de 2020, o *Ocorre Diário* publicou em site (ocorrediarario.com) um total de sete matérias e no mês de março de 2020 o número de matérias publicadas saltou para 18. Os conteúdos dão conta de uma grande diversidade de temas, inserindo no contexto de protagonistas da produção sujeitos subalternizados, periféricos, racializados e historicamente invisibilizados pelos processos sociais e comunicacionais. Esses mesmos sujeitos estão muito presentes entre as fontes ouvidas nas produções.

No período analisado identificamos os seguintes temas: Direitos Sociais (5), Pandemia (2), Política digital (2), Meio ambiente (2), Periferia (1), Cultura (1), Geral (1) e Questão racial (2). As pautas relacionadas a Direitos Sociais faziam referência a mobilizações e lutas



de sindicatos, coletivos políticos e sociais e de comunidades em luta por moradia e transporte.

Gráfico 1 – Temática



Fonte: produção própria

Por algumas ocasiões, comunicadores e fontes se misturam no processo. Quem produz, por estar inserido no processo, é fonte para a informação, a exemplo da *Matéria: “Fetichismo de branco: Em ato racista Rede Clube exibe blackface no carnaval”*¹, onde a fonte não aparece apenas repassando informação, mas constrói um texto que é incorporado ao restante da matéria como uma complementação às ideias, assim como as fontes muitas vezes são produtoras dos conteúdos.

Nesse aspecto, o jornalismo alternativo do *Ocorre Diário* rompe com um paradigma do jornalismo convencional: a neutralidade/imparcialidade. Seus textos e temáticas escolhidas assumem um lado sem se afastar daquilo que entendemos por webjornalismo. Portanto, é um jornalismo tipicamente digital, alinhado com

as lutas das comunidades, periferias, sujeitos subalternizados e invisibilizados.

É possível perceber essa relação a partir da identificação das fontes utilizadas para construção dos conteúdos, que vão de sindicalistas até advogados populares, com uma grande diversidade de fontes que abarca ainda artistas, lideranças comunitárias, ativistas sociais, mulheres, negros e negras etc. Essa observação foi comprovada a partir de dois fatores centrais: primeiramente pela apresentação textual e pelas imagens das fontes disponibilizadas nos conteúdos; seguido pela relação direta de um dos autores deste artigo com o *Portal Ocorre Diário*, o que possibilitou um maior conhecimento das fontes ouvidas e dos processos.

1 Disponível aqui: <https://ocorreidiario.com/fetichismo-de-branco-em-ato-racista-rede-clube-exibe-blackface-no-carnaval/>

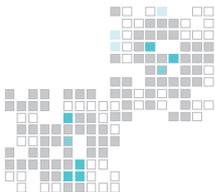
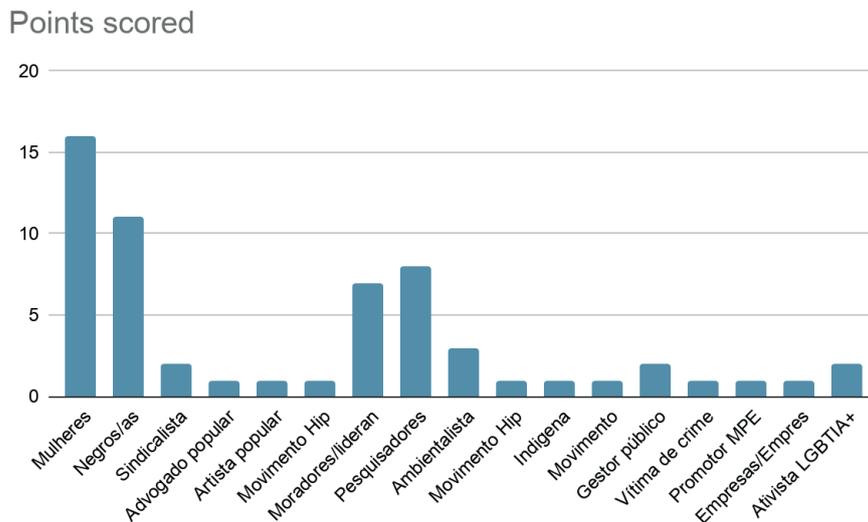


Gráfico 2 – Fontes



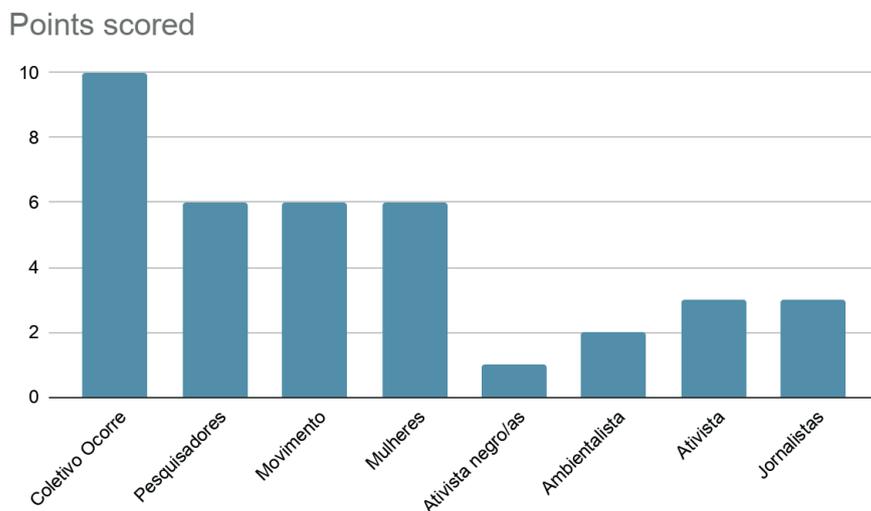
Fonte: produção própria

Relembramos Quijano (2000) acerca dessa tentativa de universalização dos modos de vida e de pensar das sociedades a partir de três elementos chave: raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2000). Ou seja, pessoas racializadas (negros/as, indígenas), não masculinas (mulheres, pessoas LGBTQIAP+) e pertencentes ao proletariado (trabalhadores, desempregados, comunitários) foram subjugadas à condição de inferioridade, colocadas à margem dos processos de “desenvolvimento”, tendo suas histórias, memórias e culturas usurpadas

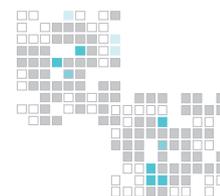
pelo poder dominante, nesse caso: patriarcal, heteronormativo, branco, europeu, colonial.

Assim, o *Ocorre Diário* traz para o centro das suas produções (nas temáticas e fontes ouvidas) mulheres e homens negros/os, indígenas, pessoas LGBTQIAP+, movimentos sociais e populares, lideranças comunitárias e trabalhadores. Ao fazer isso, acreditamos que o portal contribui significativamente para o processo de restabelecimento do *direito de dizer a palavra*, de poder contar e recontar as histórias dos povos subalternizados, ou seja, de re-existir.

Gráfico 3 – Produtores dos conteúdos



Fonte: produção própria

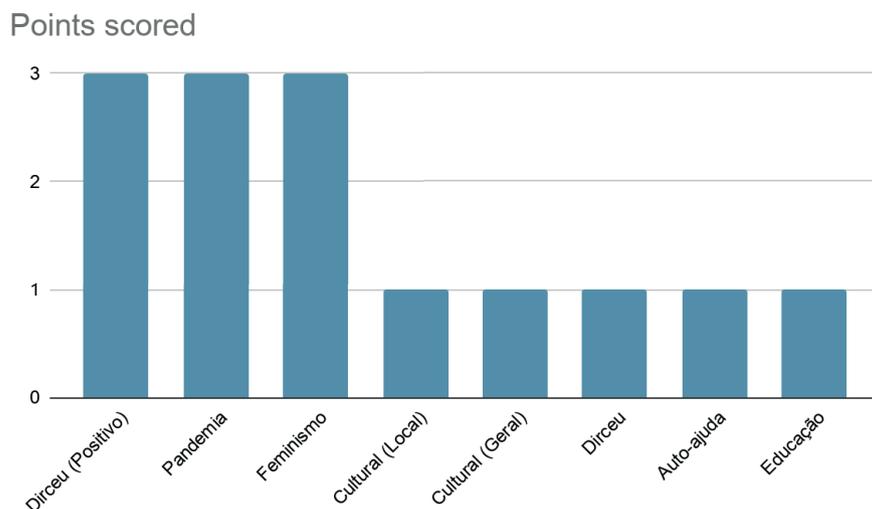


Observamos também uma produção de conteúdo muito próxima da vivência de cada pessoa. Foi possível observar ativistas negros/as falando sobre a questão racial (26/03/2020: Comunicação, Direito e Esperança Garcia: a tríade da primeira advogada do Brasil²); lideranças comunitárias sobre problemas da comunidade (25/03/2020: Libera a merenda: entidade exige mantimentos da merenda escolar para suprir famílias em quarentena³); etc. Quem contava as histórias, embora ouvindo outras fontes, em geral era parte do contexto. São elementos importantes para os processos jornalísticos alternativos, na medida em que geram outros caminhos de construção das notícias, pautados na experiência vivida e não apenas na narração dos fatos.

Fala Dirceu

Nos meses de fevereiro e março de 2020 foram realizadas 14 publicações no portal, sendo seis no primeiro mês e oito no segundo. Antes de mais nada, vale ressaltar a pouca quantidade de matérias produzidas para o portal, bem como a ausência de conteúdos mais aprofundados sobre os temas abordados. Apesar disso, o *Portal Fala Dirceu* apresenta uma ampla diversidade de temas, em sua maioria relacionados às notícias do bairro, que vão desde problemas locais, concurso de beleza e atividades culturais, até temas mais gerais como feminismo, saúde mental e pandemia da Covid-19.

Gráfico 4 – Temática



Fonte: Produção própria.

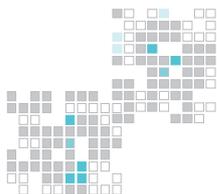
Dessa forma, o *Fala Dirceu* assume uma postura crítica, de reivindicação de direitos e luta por condições dignas de vida e sobrevivência da população periférica de Teresina – PI, em especial, no bairro Dirceu. As demandas do

bairro estão sempre presentes, nos mais diversos temas que são abordados.

Em relação à autoria dos conteúdos publicados no Portal, não há identificação dos autores. Apesar disso, é importante ressaltar que todos os integrantes do *Fala Dirceu*, como dito anteriormente, são jovens nascidos e residentes no maior bairro da periferia de Teresina. Portanto, são jovens periféricos, negros em sua

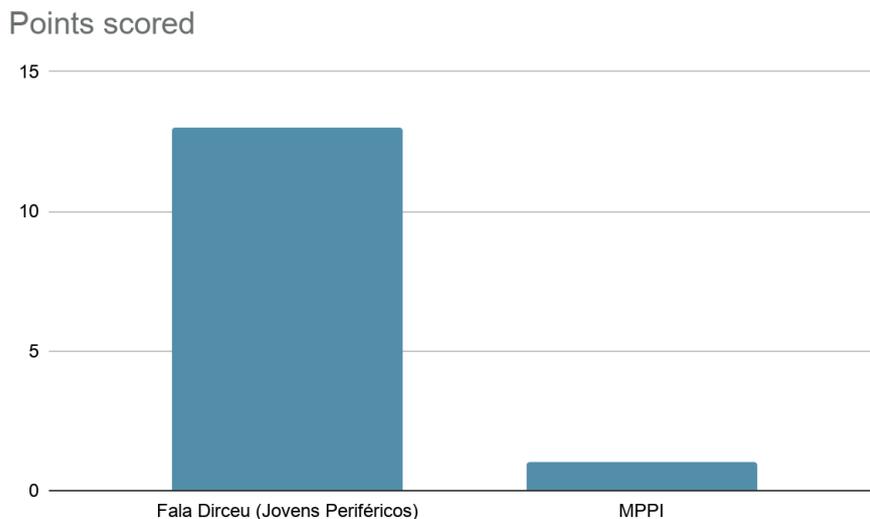
2 Disponível em: <https://ocorrediarario.com/comunicacao-direito-e-esperanca-garcia-a-triade-da-primeira-advogada-do-brasil>

3 Disponível em: <https://ocorrediarario.com/libera-a-merenda-entidade-exige-mantimentos-da-merenda-escolar-para-suprir-familias-em-quarentena/>



maioria, que se enquadram dentro dessa lógica de invisibilização da sociedade moderna colonial. Há apenas uma autoria que foge a essa regra, que é uma reprodução de um texto do Ministério Público do Piauí (MPPI).

Gráfico 5 – Produtores dos conteúdos



Fonte: Produção própria.

Assim, o simples fato desses jovens construírem seu próprio espaço de comunicação, quer seja para expressar suas ideias ou para compartilhar conteúdos que julgarem interessantes e pertinentes para o conjunto da comunidade, pode se configurar como um elemento importante no que diz respeito à construção de re-existência. No que diz respeito às fontes ouvidas e consultadas para a construção dos

conteúdos do portal, é importante destacar a ausência ou a pouca quantidade de fontes locais ou que se encaixem dentro de um contexto de invisibilização, conforme esquema proposto por Quijano (2005). Entretanto, foi possível observar nas produções locais a presença e citações de mulheres, sujeitos periféricos, negros/as, artistas populares etc. Pessoas que historicamente são invisibilizadas pela mídia.

Gráfico 6 – Fontes

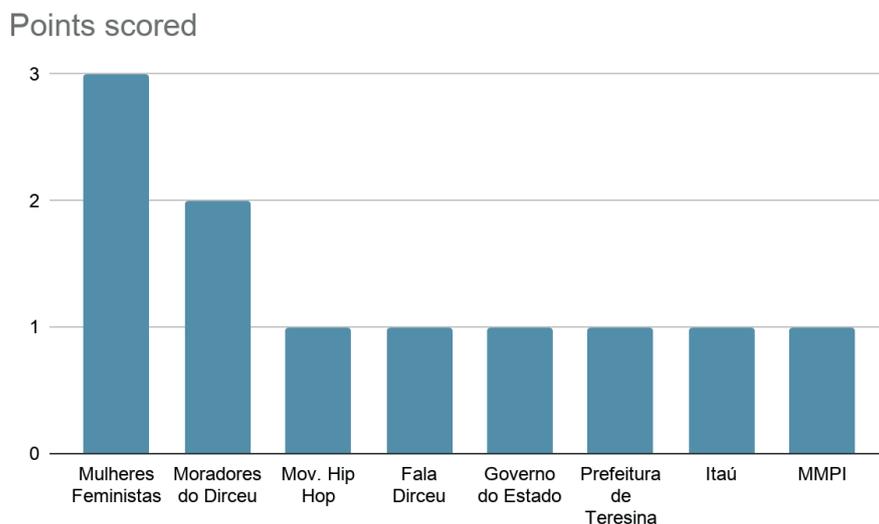
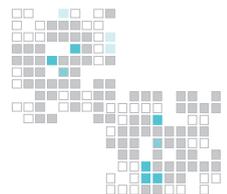


Gráfico 10 – Fonte: Produção própria.



Aqui vale abrir um parêntese: os conteúdos do portal apresentam elementos importantes para compreender a abordagem e os sujeitos envolvidos no processo (sejam produtores ou fontes), confirmando um jornalismo feito por sujeitos racializados, periféricos e invisibilizados pela mídia convencional. Todavia, diferente do *Ocorre Diário*, o *Fala Dirceu* concentra suas publicações nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), onde é possível observar com maior nitidez esses elementos e suas implicações. Por questão de espaço, não foi possível apresentar essa análise neste artigo, mas ela pode ser melhor analisada no texto completo da dissertação.

Considerações finais

A análise das experiências de webjornalismo alternativo *Ocorre Diário* e *Fala Dirceu* dão pistas interessantes, porém ainda iniciais, acerca desse fenômeno em curso no qual nos empenhamos em compreender neste artigo. Assumem, no seu fazer diário, uma narrativa de resistência e a possibilidade de construção **de espaços de existência no contexto digital**. Fazem isso na medida em que centram sua atuação na web, a partir da apropriação e uso das novas tecnologias para gerar processos de visibilização dos povos subalternizados e oprimidos.

Um movimento que alimenta um outro jornalismo possível, distinto do jornalismo *mainstream*/hegemônico. A pesquisa “Perfil Racial da Imprensa Brasileira”⁴, organizada pelo Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX, revelou, em 2021, como o jornalismo brasileiro ainda se configura com um espaço majoritariamente branco e masculino, portanto, reforçando o mesmo padrão de poder colonial. Segundo dados da pesquisa, 63% dos jornalistas

de redação são homens e 36,6% são mulheres; além disso, mostra ainda que 77,6% são brancos e apenas 20,1% são negros (pretos e pardos).

Romper com essa lógica tem sido um caminho percorrido por essas iniciativas e é parte de um processo mais amplo, de romper com as estruturas de poder que sustentam o mundo moderno/colonial, como afirma Quijano (2000) ao delimitar as dimensões que sustentam essas relações de desigualdade - raça, gênero e trabalho. Na análise, podemos observar que as temáticas abordadas priorizam conteúdos relacionados a direitos sociais, gênero, meio ambiente, questão racial e periferia; as fontes ouvidas ou consultadas são, em sua maioria, mulheres, negros/as, lideranças comunitárias e moradores das periferias da cidade, com a presença de ativistas LGBTQIAP+, indígenas, sindicalistas, ambientalistas etc; assim como a autoria dos conteúdos, onde aparecem produções coletivas dos integrantes dos portais, de jovens periféricos, de movimentos sociais, ativistas negros/as e LGBTQIAP+.

Trazer esses sujeitos para o centros de produção, escuta e elaboração dos conteúdos é um caminho para construção de espaços onde suas existências possam, efetivamente, ser visibilizadas, contadas e recontadas, desde o seu próprio ponto de vista. Assim, ambos os portais mostram um caminho fértil de livre expressão dos movimentos sociais e populares, comunidades tradicionais e periféricas, dos povos negros e originários, do movimento de mulheres e LGBTQIAP+, com uma forte dimensão de pluralidade e emancipação.

Essas considerações apresentadas nos gráficos e análise do item anterior dão conta de mostrar alguns movimentos interessantes, que se configuram como elementos comuns que

4 Disponível aqui: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>

materializam as ideias de Re-existência Digital, tais como:

1. Deslocamento do sujeito protagonista (Fontes e Produtores de Conteúdo), a partir da presença de fontes populares, negras/os, indígenas e ligadas a movimentos sociais e populares como protagonistas das reportagens;
2. Visibilidade ao silêncio (Temática), na medida em que essas iniciativas dão espaço a conteúdos muitas vezes excluídos da mídia convencional;
3. Re-fazer jornalístico (Produtores de conteúdo e Temáticas), uma vez que suas produções se baseiam também em outras lógicas, onde paradigmas do jornalismo convencional começam a ser quebrados, com a neutralidade, a periodicidade e a separação produtor-receptor.

O jornalismo praticado pelo *Ocorre Diário* e *Fala Dirceu* demonstra um caminho possível e plural de produção de conteúdo jornalístico, capaz de gerar espaços de reivindicações e visibilidades. Todavia, estamos cientes que gerar visibilidade é apenas um dos elementos contidos nessa discussão e que não é suficiente para uma retomada das existências silenciadas. Do mesmo modo, as desigualdades de acesso à internet se configuram também como uma outra barreira a ser considerada.

Todavia, a apropriação social das tecnologias pelos grupos sociais subalternizados e oprimidos, sobretudo em uma sociedade hiperconectada, aponta não apenas caminhos possíveis, como também espaços concretos de re-existência. Espaços que se configuram como uma necessidade urgente, tanto como ferramenta de sobrevivência como de disputa de poder, resistência e negociação. Para resistir e re-existir

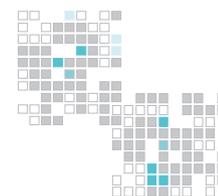
em uma sociedade em rede é preciso saber o que significa estar em uma sociedade em rede, é preciso se apropriar socialmente das tecnologias e saber utilizá-la a seu favor.

Por isso, quando falamos em re-existência digital estamos falando de um espaço (que é digital e subjetivo, mas também real e geográfico) direcionado aos sujeitos e povos que, ao longo da história, tiveram sua existência negligenciada e apagada; tiveram suas culturas e crenças usurpadas; tiveram sua humanidade arrancada a força e transformada em um sonho utópico. Neste artigo, articulamos a identificação de sujeitos e povos a partir da sistematização de Quijano (2000), que elenca três elementos chave dos processos de exclusão e desigualdades: raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2000).

Assim, a **Re-existência Digital** é, para nós, espaço de celebração das existências plurais, da diversidade dos corpos, espiritualidades, culturas, organização política e social, afetos, histórias e memórias, que transitam pelo ambiente digital em um movimento de resistência (confronto direto com a colonialidade) e de re-existência (de reconstruir as narrativas, de existir de novo) por meio da apropriação social das tecnologias, para externar e visibilizar modos de vida subalternizados, escravizados e apagados na história pela dominação branca, heteronormativa e eurocentrada.

Assim, acreditamos que as iniciativas aqui analisadas também materializam parte das contribuições dos estudos decoloniais para a comunicação. “Como perspectiva transformadora, a descolonização da Comunicação representa um novo caminho utópico na luta contra a segregação epistêmica e cujo propósito é restabelecer uma comunicação que humanize” (TORRICO, 2017, p.80).

Assim, Torrico (2017) convoca o ressurgimento de uma comunicação para fins de emancipação e re-humanização. Na comunicação, o pensamento



decolonial nos ajuda a traçar um caminho que, ao mesmo tempo, se desprenda das amarras teóricas e formatos pré-moldados, bem como possa diversificar as perspectivas, refazer, recriar, repensar os modos de fazer comunicação e jornalismo.

Esse re-fazer não deve ser vazio de propósito; em vez disso, precisa almejar um horizonte emancipatório. Aquilo que Torrico (2017)

chama de sentido último da decolonização comunicacional: a re-humanização, ou seja, resgatar na prática e no sentido mais amplo sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, uma vez que sua realização concreta continua a se basear na imposição e nas assimetrias. A re-humanização como espaços de lugar de re-existência.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, n.11. Brasília, 2013b, p.89-117.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- GARNHAM, Nicholas; GAMBERINI, Marie-Christine. La théorie de la société de l'information en tant qu'idéologie : une critique. Réseaux. Communication - Technologie - Société Année: 2000. p. 53-91.
- GUARESCHI, Pedrinho A. O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia. Petrópolis/RJ. Vozes, 2013.
- INTERVOZES. Direito à comunicação e internet: empoderamento digital como garantia deste direito no ambiente online. Brasília (DF), 2018.
- JORGE FILHO. Jornalismo alternativo ontem e hoje: histórico e esboço de uma definição. SBPJOR 2018. Disponível em sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1383/876. Acesso em: 20 de nov. de 2020.
- MARTELART, Armand. História da sociedade da informação. Edições Loyola, São Paulo, 2002.
- MEEKER, Mary. Internet Trend 2019. Disponível em: <https://www.bondcap.com/report/itr19/1#view/title>. Acesso em: 22 de out. de 2019.
- NEÜMAN, María Isabel. Construcción de la Categoría "Apropiación Social". Quórum Académico, v. 5, n. 2, p. 3, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade - O lado mais escuro da modernidade. v.32. n.94. Revista Brasileira De Ciências Sociais. 2017.
- PEREIRA, Augusto. Resistência Descolonial: Estratégias e táticas territoriais. Revista Terra Livre, v. 2, n. 43, 2014.
- PERUZZO, C. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou". Matrizes. a.7 . n. 2 jul./dez. São Paulo, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: GEOgraphia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, a.VIII. n.16. 2006.
- PNAD. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2017. ISBN 978-85-240-4481-6. IBGE, 2018.
- PNAD Contínua. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-System Research. 2000.
- TORRICO VILLANUEVA, Erick. La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. Revista Aportes, n.23, p. 31-38, dez., 2017.
- SILVEIRA, S. A. Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural En: J. Viaña; L. Tapia y C. Walsh, Construyendo interculturalidad crítica. 75-96. La Paz: Instituto Internacional de Integración-Convenio Andrés Bello (III-CAB), 2010.
- WALSH, C. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Recebido em: 01/03/2023. Aceito em: 07/06/2023

